



Senadores debatem questões práticas sobre Código Florestal



Guarim Liberato / Gabinete do Senador Acir Gurgacz

Em audiência realizada em Rondônia pela CRA, senadores responderam questionamentos de ordem prática relacionados ao projeto de novo Código Florestal feitos por produtores rurais, engenheiros florestais e internautas. **3**

Fundo de Participação dos Estados em debate **2**

Divisão de royalties tem novas propostas **2**

Encontro da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em Vilhena (RO): Acir Gurgacz e Reditario Cassol debateram com produtores

Lei dá poderes demais à Fifa, diz Demóstenes **4**



José Cruz/Senado Federal

Senador vê afronta ao Código de Defesa do Consumidor

Simon convoca jovens contra a corrupção **4**



José Cruz/Senado Federal

Simon aponta "licenciosidade entre partido e governo"

Cristovam pede mais ousadia na área nuclear **4**



José Cruz/Senado Federal

Senador avalia positivamente discurso da presidente na ONU

Paim comemora aviso prévio proporcional **4**



José Cruz/Senado Federal

Projeto vai à sanção após 20 anos no Congresso, lembra Paim

Anibal elogia escolas do Acre pelo Enem **3**



José Cruz/Senado Federal

Maioria das melhores escolas do Acre é pública, diz Anibal

Crivella anuncia R\$ 400 mi para obras no Rio **3**



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Segundo Crivella, recursos irão para comunidades carentes

IV CONCURSO DE REDAÇÃO DO SENADO FEDERAL

Brasil quer gente que faz

O finalista de cada estado participará do Projeto Jovem Senador.

Mais informações
Site: www.senado.gov.br/concursosredacao
Twitter: @redacaosenado
Blog: concursosredacao.wordpress.com

A audiência foi solicitada por Paulo Paim, para quem a proposta de Randolfe Rodrigues é injusta e retira mais recursos do Sul e do Sudeste

CDH debate mudança na distribuição do FPE com secretários da Fazenda

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debate hoje, com secretários estaduais da Fazenda, a proposta (PLS 289/11) de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) de fixar como critério de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) o Índice de Desenvolvimento Humano de cada estado. Hoje, ela é feita na proporção de 85% para os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 15% para os estados do Sul e Sudeste.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-

RS), que solicitou a audiência, afirma que o projeto é injusto, pois retira ainda mais recursos dos estados do Sul e do Sudeste.

Devem participar os secretários da Fazenda Maurício Duque (Espírito Santo), Leonardo Mauricio Colombini Lima (Minas Gerais), Luiz Carlos Hauly (Paraná), Odir Tonollier (Rio Grande do Sul), Renato Villela (Rio de Janeiro), Ubiratan Rezende (Santa Catarina) e Andrea Calabi (São Paulo). O ministro da Fazenda, Guido Mantega, também convidado, deve enviar um representante.



Navio-plataforma que opera em área do Espírito Santo: disputa por royalties mobiliza senadores

Definição sobre royalties pode sair na quarta

Wellington Dias (PT-PI) e Walter Pinheiro (PT-BA) acreditam que a partir de quarta-feira haverá condições para votação do relatório de Vital do Rêgo (PMDB-PB) sobre o PLC 16/10, do Executivo, que trata da partilha dos royalties do petróleo.

Nesse dia, os senadores pretendem se reunir com ministros e deputados. A intenção é fazer com que o PLS 448/11, de Wellington Dias, sirva de base para um substitutivo ao PLC 16/10.

– Pela nossa proposição, as finanças dos estados confrontantes [produtores de petróleo] ficarão equilibradas; eles não perderão praticamente nada, ficando com R\$ 12 bilhões no próximo ano. A União perderia R\$ 3 bilhões e ficaria com R\$ 8 bilhões. Os outros estados teriam direito a R\$ 8 bilhões também – explicou Wellington Dias.

Projeto corrige valores pagos a produtores

Representantes dos estados produtores de petróleo, Francisco Dornelles (PP-RJ), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) apresentaram, na sexta-feira, projeto de lei para atualizar a participação especial, valor pago pelas petrolíferas à União, estados e municípios produtores na exploração de poços de alto rendimento.

De acordo com Dornelles, a intenção é corrigir os valores, que ele considera defasados. A correção vai ajudar a restabelecer o equilíbrio entre o governo e as empresas concedentes, disse o parlamentar. Entre 2000 e 2010, o aumento da produção brasileira de petróleo foi de 50% (de 1.810 para 2.723 barris), enquanto a participação especial não acompanhou o crescimento, justificam os autores da proposta.

Cristovam e Aloysio propõem criação de fundo

Enquanto governo federal, governadores e parlamentares continuam discutindo um novo modelo de partilha dos recursos do petróleo entre os entes federados, projeto apresentado nesta semana no Senado visa garantir que uma parte significativa dos royalties da exploração na camada do pré-sal seja destinada à educação básica e à inovação tecnológica.

Apresentado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF), o projeto (PLS 594/11) cria o Fundo do Petróleo para Formação de Poupansa, Educação Básica e Inovação (Funpei), com recursos arrecadados pela exploração de petróleo, gás e hidrocarbonetos fluidos extraídos sob o regime de partilha ou sob o regime de concessão na área do pré-sal e em áreas ainda não contratadas.

Correção

Na edição de sexta-feira, à página 3, na matéria referente ao pronunciamento do senador Paulo Bauer (PSDB-SC), o *Jornal do Senado* errou ao afirmar que a inclusão nas exportações brasileiras de uma cota de carne de pato, nas

negociações de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, aumentaria para US\$ 32 milhões ao ano o faturamento de Santa Catarina com o produto. Na verdade, a inclusão da cota renderia ao estado mais US\$ 32 milhões.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.asp

Segunda-feira

Plenário Dia do Administrador

10h Sessão especial destinada a comemorar o Dia do Administrador. Às 14h, a sessão é não deliberativa.

CMO Seminário em João Pessoa

9h A Comissão Mista de Orçamento realiza o primeiro seminário regional, em João Pessoa, para discutir o projeto orçamentário de 2012 e o Plano Plurianual 2012–2015.

CDH Regra para FPE

9h A Comissão de Direitos Humanos debate o Fundo de Participação dos Estados com secretários estaduais da Fazenda.

Terça-feira

Plenário Canção Nova

14h Sessão em comemoração aos 33 anos da Comunidade Canção Nova.

CMA Audiência sobre código

8h30 A Comissão de Meio Ambiente vota requerimentos e realiza audiência sobre o Código Florestal com a de Ciência e Tecnologia.

CDR/CTD Semana do Turismo

9h As comissões que tratam de turismo no Senado e na Câmara promovem a 5ª Semana do Turismo, com exposição e palestras.

Amazônia Infraestrutura

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira examina relatório sobre reuniões referentes a infraestrutura.

Subcomissão Balanço da crise

9h Subcomissão em Defesa do Emprego ouve o diretor da construtora Odebrecht João Carlos Nogueira sobre a crise mundial.

CAE Banco Central

9h30 Depois da pauta, às 10h30, a comissão ouve o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sobre política monetária e crise.

CE Votação de projetos

11h Comissão de Educação vota projetos sobre o Prouni e a permanência de aluno da educação básica na escola quando professor faltar.

Quarta-feira

Plenário Círio de Nazaré

14h Os senadores comemoram os 218 anos do Círio de Nazaré.

CCT Deastres climáticos

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia, examina projeto que institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos.

CE Análise da Copa

9h Seminário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre a primeira avaliação parlamentar da Copa do Mundo de 2014.

CAS Retorno ao trabalho

9h A Comissão de Assuntos Sociais examina, entre outros, projeto que amplia benefícios ao aposentado que retornar ao trabalho.

CCJ Reforma política

10h A comissão examina projeto que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias e a PEC sobre cargos públicos.

CI/CAE Plano decenal de energia

10h O presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Mauricio Tolmasquim, debate o plano decenal de energia 2011–2012.

Quinta-feira

CI Recursos minerais

9h Comissão de Infraestrutura analisa projeto que altera a base de cálculo de compensação financeira pela exploração de minérios.

CCT Programas religiosos

9h A diretora-presidente da EBC, Tereza Cruvinel, participa de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática sobre programas religiosos.

Saúde Setor sanitário

9h Responsabilidade sanitária será debatida em audiência pública da Subcomissão Permanente de Promoção da Saúde.

CCJ Ato médico

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota substitutivo da Câmara ao ato médico com o presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto Luiz d'Avila, entre outros.

SESSÕES ON-LINE: Confira a integra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao – Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH). As reuniões realizadas pelas co-

missões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Cristovam Buarque

* Licenciado

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Reportagem: Cintia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Audiência de três comissões volta a discutir texto

O texto do novo Código Florestal, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na quarta-feira da semana passada, volta a ser discutido amanhã em audiência conjunta das comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura (CRA).

O objetivo é debater os aspectos técnicos do projeto com Elíbio Leopoldo Rech Filho, da Academia Brasileira de Ciências e da Embrapa, e Ricardo Ribeiro Rodrigues, da Universidade de São Paulo.

Os requerimentos para a realização da audiência foram apresentados pelos presidentes das três comissões: Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), da CMA; Acir Gurgacz (PDT-RO), da CRA, e Eduardo Braga (PMDB-AM), da CCT, onde a proposta está agora.

A previsão de Eduardo Braga é de colocar o projeto em votação em até 20 dias, já com contribuições para o aperfeiçoamento do texto. Ele destacou, entre elas, a inclusão de incentivos econômicos e financeiros visando à manutenção e recomposição de florestas.

Em seu relatório sobre a matéria na CCJ, Luiz Henrique (PMDB-SC), também relator na CCT e na CRA, optou por tratar apenas de aspectos relativos à constitucionalidade e juridicidade do texto. Ele deixou a análise das 96 emendas já oferecidas para as próximas etapas.

Antes de ir a Plenário, o texto passa ainda pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde será relatado por Jorge Viana (PT-AC).

A proposta poderá receber outras emendas, uma vez que se abre novo período para sugestões sempre que o projeto é enviado a uma comissão.

Seminário em Rondônia recolhe para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária questionamentos e observações de ordem prática sobre o projeto que está em tramitação. Perguntas também foram enviadas por Twitter e e-mail

Produtores esperam garantias e incentivos do novo Código Florestal

PELO PROJETO DE novo Código Florestal (PLC 30/11), propriedades de até quatro módulos fiscais serão dispensadas de recuperar a reserva legal, que varia de 20% a 80% da área. Em Rondônia, os quatro módulos equivalem a 240 hectares. Então o produtor rural que tem 241 hectares será obrigado a cumprir a exigência que não existirá para o vizinho que possui um hectare a menos?

Essa foi uma das questões de ordem prática que surgiram sexta-feira na audiência pública realizada em Vilhena, Rondônia, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O seminário foi conduzido por Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente da CRA, que abriu espaço para dúvidas e observações de produtores rurais, engenheiros florestais e representantes da Embrapa, do Ibama e do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Rondônia (Crea-RO). Ele também leu vários questionamentos enviados, via Twitter e e-mail, por cidadãos de todo o Brasil que assistiram à audiência ao vivo pela TV Senado.

Sobre a pergunta dos 240 hectares, Gurgacz respondeu que o Senado estuda uma tolerância de metade dos quatro módulos. A extensão de cada módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, dependendo da localização do município.

– É uma proposta da sociedade organizada que chegou até nós, e os relatores estão analisando – explicou o senador.

Vertente econômica

O pesquisador da Embrapa Vicente Godinho advertiu que o novo código precisa criar vertentes econômicas para a preservação ambiental.

– Na primeira seca prolongada, nosso produtor sabidamente descapitalizado não consegue segurar o fogo nem na casa dele, muito menos na reserva legal! As pessoas que vão ser as responsáveis por preservar não podem pagar pelo ônus da conservação – afirmou Godinho.

O produtor rural Pedro Roberto Marine lembrou que o governo pedia que se desmatasse a beira do rio, com o objetivo de eliminar focos da malária.

– Mas normas e resoluções foram sendo baixadas, construindo uma cerca de regras em volta do agricultor e o encarcerando. Nós, de desbravadores, passamos a bandidos.

Ele questionou se quem deixou a mata em pé quando poderia ter desmatado poderá agora produzir: “Quem conservou perdeu?”. A preocupação foi endossada por Carlos Eduardo Sartor, do Sindicato dos Produtores Rurais de Vilhena.

– Será igual ao IPTU, que sempre anistia quem não paga?

Gurgacz disse que não há anistias no projeto e que a situação de quem preservou está sendo estudada para não haver prejuízos. Sartor ressaltou que os produtores têm grande expectativa pela aprovação do código para sair da ilegalidade, pois quase nenhum produtor consegue hoje a licença ambiental.

Seminários como o de Vilhena vêm sendo promovidos pela CRA em várias cidades do Brasil para ajudar a elaborar o projeto final de novo Código Florestal com atenção às particularidades de todas as regiões do país.

Equilíbrio entre preservação e produção

Luiz Henrique (PMDB-SC), que é relator do projeto de Código Florestal em três comissões – Ciência e Tecnologia (CCT), Constituição e Justiça (CCJ) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA) – não pôde comparecer ao seminário em Rondônia, mas enviou depoimento em vídeo.

– Com o novo Código Florestal devemos preservar nossos biomas e ao mesmo tempo garantir que o Brasil prossiga na sua missão de ser a grande fonte supridora de alimentos para o mundo – afirmou o senador, na gravação.

Reditario Cassol (PP-RO) falou da importância de preservar a água e foi crítico com os órgãos ambientais.

– Os madeireiros sempre pagaram para retirar árvores. Onde é que o Ibama, por exemplo, plantou com todo esse dinheiro que arrecadou?

A representante do Ibama, Regina Marta, argumentou que o órgão cumpre a legislação vigente e disse que o atual código é um remendo de leis.

Também participaram da audiência o secretário estadual de Agricultura de Rondônia, Anselmo de Jesus; o representante do Crea-RO Inaldo de Melo; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vilhena, Udo Wahlbrink; o representante da Associação Rondoniense de Engenheiros Florestais, Hugo Coelho; e o prefeito de Vilhena, José Luiz Rover.



Acir Gurgacz (C) presidiu a audiência em Vilhena e deu espaço para opiniões de produtores e engenheiros agrônomos

Guarim Liberato / Gabinete do Senador Acir Gurgacz

Desempenho de escolas públicas do Acre no Enem é elogiado por Anibal Diniz

O bom desempenho das escolas públicas do Acre no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2010 foi elogiado por Anibal Diniz (PT-AC). De acordo com o senador, 93% das escolas públicas e particulares do estado melhoraram na prova objetiva e 60% tiveram evolução na média global, o que colocou o Acre entre os dez melhores estados no ranking com as mais altas médias no exame.

– O Enem 2010 apontou que, dos estabelecimentos de ensino mais bem avaliados do Acre, 55% são escolas públicas, mantidas pelo governo estadual. Isso não é banal. Pelo contrário, significa um esforço permanente de investimentos em busca de qualidade de ensino – disse.



Resultado vem de política iniciada há 12 anos no estado, diz Anibal

José Cruz/Senado Federal

Segundo Anibal Diniz, a curva ascendente de desempenho das escolas públicas acrianas “é resultado de uma política iniciada há 12 anos, que vê a educação como mola propulsora para o desenvolvimento regional”.

– Pegamos o ensino público do Acre na 27ª colocação no início do governo de Jorge Viana, em 1999 – assinalou.

Futebol

O senador também cumprimentou as oito equipes classificadas para o octogonal final da Série C do Campeonato Brasileiro de futebol. Ele defendeu que a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) possa transmitir os jogos da competição sem precisar pagar direitos de transmissão à Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Crivella anuncia mais de R\$ 400 milhões para obras em comunidades do Rio

Marcelo Crivella (PRB-RJ) anunciou que o governo vai liberar mais de R\$ 400 milhões para obras em comunidades carentes da cidade do Rio de Janeiro. O senador disse que recebeu a confirmação da ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Esclareceu que os recursos são do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e informou ter atuado para que as obras fizessem parte desse programa.

A Mangueira receberá R\$ 153,3 milhões para a implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). O Complexo da Tijuca terá investimentos de R\$ 105,4 milhões. Já o Morro da Providência, considerado a primeira favela do Brasil, terá R\$ 88 milhões. A Comunidade do Chapadão, em Costa Barros, vai dispor de R\$ 64, 5



Crivella diz que recursos do PAC foram confirmados por ministra

Gerardo Magela/Senado Federal

milhões. Jardim Batan, em Realengo, R\$ 14,8 milhões. São diferentes serviços para cada comunidade, entre os quais obras de saneamento, melhorias habitacionais, creches e postos de saúde, disse Crivella.

O senador destacou que as favelas cariocas se originaram quando, sem garantia de trabalho e moradia, negros alforriados depois de lutarem na Guerra do Paraguai foram autorizados a ocupar o Morro da Providência. O local foi também o destino de soldados que participaram da campanha contra o beato Antonio Conselheiro, em Canudos, no sertão da Bahia.

– As favelas são um monumento hediondo, mas não perpétuo da desigualdade entre brasileiros – afirmou.

Projeto de lei do governo em tramitação na Câmara permite à Fifa cancelar, adiar e realocar as partidas do Mundial como bem entender; na avaliação do senador, esse poder seria uma afronta ao Código de Defesa do Consumidor

Lei da Copa cria "império de Joseph Blatter" no Brasil, afirma Demóstenes

O PROJETO DE lei que o governo enviou ao Congresso na semana passada para definir medidas e procedimentos para a Copa do Mundo de 2014 – a chamada Lei Geral da Copa – foi criticado por Demóstenes Torres (DEM-GO).

No Plenário, o senador afirmou que o projeto, que tramita na Câmara como PL 2.330/11, torna o governo subserviente à Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) e desrespeita a legislação nacional.

– Agride a cidadania e os direitos do consumidor. Deve ter sido redigido na sede da Fifa e revisado pela Casa Civil por gente que ignora as leis brasileiras, inclusive a Constituição.

Segundo Demóstenes, a Consultoria Legislativa do Senado concluiu que o artigo 33 atribui à Fifa poderes incompatíveis com o Código de Defesa do Consumidor, pois permite à entidade "fazer o que quiser"

com os jogos – como cancelá-los, remarcar-los e realocá-los.

– Enquanto o Código de Defesa do Consumidor desequilibra a relação de consumo em favor da parte mais vulnerável, a Lei Geral da Copa põe a garganta do torcedor sob as travas da chuteira da Fifa – afirmou.

Bandeira Nacional

O senador disse que, pelo projeto, o logotipo e o hino da Fifa terão mais amparo legal do que a bandeira e o hino do país. A lei brasileira prevê multa de um a quatro salários mínimos para quem violar a Bandeira e o Hino Nacional; se o agressor for reincidente, pagará o dobro. Já o artigo 16 do projeto da Lei Geral da Copa prevê prisão de três meses a um ano, ou multa, para quem "reproduzir, imitar ou falsificar indevidamente quaisquer símbolos oficiais de titularidade da Fifa". Ele

ressaltou ainda que, nos crimes contra os símbolos da Fifa, a multa pode subir em até 1.000%.

– O governo vai obrigar sua bancada a aprovar um projeto que considera os ícones da Fifa superiores aos símbolos desta nação – protestou.

Demóstenes acusou a entidade de pretender a suspensão do Estatuto do Idoso nas situações em que essa legislação entrar em confronto com a Lei Geral da Copa, como as questões de prioridade para compras e de assento preferencial. Ele observou que tal medida não está no projeto, mas que a Fifa quer implementá-la.

– A Lei Geral da Copa coloca a



Fotos de José Cruz/Senado Federal

Demóstenes diz que projeto não pode ser aprovado

Fifa no lugar da União. Substitui a República do Brasil pelo império de Joseph Blatter [presidente da Fifa] – protestou.

Simon convoca juventude a agir contra corrupção e impunidade

Após ler em Plenário, na sexta-feira, a nota "Vencer a corrupção com mobilização social", da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Pedro Simon (PMDB-RS) convocou a juventude a agir para acabar com a corrupção e a impunidade.

– Essa nota da CNBB é uma conclamação. Pela primeira vez, meu jovem, você é convocado a fazer essas mudanças – disse.

A CNBB divulgou a nota em apoio às recentes manifestações populares contra a corrupção. O ponto alto dessa "consciência cidadã", para a entidade, foi a mobilização feita na Semana da Pátria e que resultou em mais de 150 mil apoios, via internet, à campanha "Vamos salvar a Ficha Limpa".

Simon elogiou a iniciativa da CNBB de cobrar a aplicação da Ficha Limpa não só aos políticos, mas também aos indicados



Senador lê em Plenário nota da CNBB

para cargos comissionados no setor público, cuja redução foi defendida.

Para o senador, a presidente Dilma Rousseff quer fazer um governo de austeridade. Ele lamenta, no entanto, a "licenciabilidade entre partido e governo, onde meio que se administra a coisa pública como se fosse coisa nostra".

Cristovam cobra mais ousadia do governo na questão nuclear

Cristovam Buarque (PDT-DF) avaliou positivamente o discurso da presidente da República, Dilma Rousseff, na Organização das Nações Unidas (ONU), mas disse que ela poderia ter sido mais ousada na afirmação do caminho que o Brasil deve seguir na questão da energia nuclear.

Ao cobrar dos países uma posição mais criativa no enfrentamento da crise mundial, Dilma "deu uma estatura ao Brasil no cenário mundial", avaliou. Outro ponto positivo, acrescentou, foi a abordagem dos cuidados sobre o uso da energia nuclear, em especial quando a presidente afirmou que não se pode cobrar fiscalização de um país sem cobrar igualmente de outro. Mas a presidente "não foi suficientemente ousada" para afirmar que o Brasil seguiria exemplos de outros países europeus que estão paralisando a construção de usinas nucleares, disse.

– A presidente fez um belo discurso, um grande discurso, mas queria que tivesse sido um discurso histórico, dizendo que o Brasil é um país parecido com os outros e que temos massa crítica de pensadores capazes de formular propostas e questões para analisarmos a crise com olhos diferentes e livres dos preconceitos e mitos que herdamos do passado.



Cristovam elogia discurso de Dilma

Paim aplaude aviso prévio proporcional e elogia o Supremo



Empresários não tinham interesse no projeto, que evita demissões, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) comemorou, na sexta-feira, a aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto de lei do Senado que regulamenta a concessão do aviso prévio proporcional. Pelo texto enviado à sanção presidencial, o trabalhador poderá ter de 30 a 90 dias de aviso prévio, de acordo com o tempo de atividade na empresa.

O senador explicou que, para até um ano de trabalho, o aviso prévio será de 30 dias. A esse período, serão acrescentados três dias para cada ano de serviço na mesma empresa, até o limite de 60 dias. Assim, ressaltou o parlamentar, a empresa que demitir um empregado com mais de 20 anos de trabalho terá de

conceder aviso prévio de 90 dias.

O projeto – apresentado por pelo então Carlos Chiarelli – tramitava há mais de 20 anos no Congresso Nacional e não havia interesse dos empresários em aprová-lo. A justificativa era a de já haver proteção suficiente aos trabalhadores com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O aviso prévio, disse Paim, tem a finalidade de evitar demissões, diferentemente do FGTS, que garante a sobrevivência do trabalhador quando demitido.

Para o parlamentar, a Câmara dos deputados só votou a proposta porque o Supremo Tribunal Federal (STF) sinalizou que

regulamentaria a matéria se o Congresso continuasse omissivo.

– Por isso, quero bater palmas muito menos para o Congresso e muito mais para o Supremo – afirmou.

Saúde

Paulo Paim comentou ainda trecho do discurso da presidente Dilma Rousseff na Assembleia Geral das Nações Unidas em que ela alertou sobre a relação dos hábitos das pessoas e o aumento da incidência de doenças graves. Na avaliação do senador, o Estado deve incentivar a produção industrial de alimentos com responsabilidade social para não causar danos à saúde da população.

Senado e Câmara sediam Semana do Turismo

O presidente do Senado, José Sarney, participa, amanhã, da abertura da 5ª Semana do Turismo 2011. O evento terá início às 9h30, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, com a participação do ministro do Turismo, Gastão Vieira, e do presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Benedito de Lira (PP-AL), entre outros.

A semana é promovida pela CDR e pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara como parte das comemorações do Dia Mundial do Turismo. As inscrições podem ser feitas pelo e-mail ctd.decom@camara.gov.br. Devido à realização do evento, do dia 26 ao 30, a CDR não se reunirá nesta semana.

Às 10h30, haverá debate sobre o tema "Inclusão do turismo no plano Brasil Maior (Plano Plurianual 2012-2015)". Deverão participar o ministro do Turismo, Gastão Vieira, o senador Benedito de Lira, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, e o presidente do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Alexandre Sampaio de Abreu.

Gastão Vieira e Benedito de Lira participarão de um segundo debate, sobre o tema "Conta satélite do turismo, o que é, para que serve", a ser realizado às 14h30, no plenário 2 da Ala Nilo Coelho, no Senado. Foram convidados o diretor de Estudos e Pesquisas da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, José Francisco Salles Lopes, e a presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Wasmália Bivar.

A conta satélite do turismo é um instrumento desenvolvido pela Organização das Nações Unidas e pela Organização Mundial do Turismo para medir o impacto da atividade nas economias mundiais.

Benefício maior

Veja como fica o novo aviso prévio pelo texto que vai à sanção

ANOS DE TRABALHO	DIAS DE AVISO PRÉVIO
1 (ou menos)	30
2	33
3	36
4	39
5	42
6	45
7	48
8	51
9	54
10	57
11	60
12	63
13	66
14	69
15	72
16	75
17	78
18	81
19	84
20	87
21 (ou mais)	90